

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 13, número 2 (2022)
ISSN: 2177-2886

Artigo

O que Podemos Aprender com Mulheres Quilombolas? Um Estudo sobre Práticas Cotidianas e o Processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização de uma Comunidade Remanescente Quilombola¹

*¿Qué Podemos Aprender con las Mujeres Quilombolas de
Brasil? Un Estudio sobre las Prácticas Cotidianas y el
Proceso de Territorialización, Desterritorialización y
Reterritorialización de una Comunidad Quilombola
Remanente*

*What Can we Learn from Quilombola Women? A Study
on Everyday Practices and the Process of
Territorialization, Deterritorialization and Reterritorialization
of a Remaining Quilombola Community*

Gabriela Leite Molina

Universidade Estadual de Maringá – Brasil
gabriela_molina@msn.com

Elisa Yoshie Ichikawa

Universidade Estadual de Maringá – Brasil
eyichikawa@uem.br

Juliane Sachser Angnes

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Brasil
julianeangnes@gmail.com

Como citar este artigo:

MOLINA, Gabriela Leite; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; ANGNES, Juliane Sachser. O que Podemos Aprender com Mulheres Quilombolas? Um Estudo sobre Práticas Cotidianas e o Processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização de uma Comunidade Remanescente Quilombola. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 17-37, 2022. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

O que Podemos Aprender com Mulheres Quilombolas? Um Estudo sobre Práticas Cotidianas e o Processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização de uma Comunidade Remanescente Quilombola

¿Qué Podemos Aprender con las Mujeres Quilombolas de Brasil? Un Estudio sobre las Prácticas Cotidianas y el Proceso de Territorialización, Desterritorialización y Reterritorialización de una Comunidad Quilombola Remanente

What Can we Learn from Quilombola Women? A Study on Everyday Practices and the Process of Territorialization, Deterritorialization and Reterritorialization of a Remaining Quilombola Community

Resumo

O objetivo desta pesquisa consiste em realizar uma aproximação das memórias de mulheres quilombolas, a fim de captar como as práticas cotidianas compuseram o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) da Comunidade Remanescente Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, localizada no município de Palmas, no estado do Paraná. Foram discutidos elementos teóricos do conceito de cotidiano, com base na teoria certeuniana, e elementos do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que entendem o território como um espaço em constante transformação. Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizado o método da história oral de vida. Os resultados mostram o matriarcado como uma estratégia cotidiana exercida dentro da comunidade.

Palavras-Chave: Práticas Cotidianas; Territorialização; Desterritorialização; Reterritorialização; Mulheres quilombolas.

Resumen

El objetivo de esta investigación es realizar una aproximación a las memorias de las mujeres de comunidades llamadas quilombolas en Brasil, intentando captar cómo las prácticas cotidianas conformaron el proceso de territorialización, desterritorialización y reterritorialización (T-D-R) de la Comunidad Quilombola Restante Adelaide Maria Trindade Batista, ubicada en el municipio de Palmas, en el estado de Paraná. Se discutieron elementos teóricos del concepto de vida cotidiana por medio de la teoría certeuniana, y elementos del proceso de territorialización, desterritorialización y reterritorialización que comprenden el territorio como un espacio en constante transformación. Para lograr el objetivo propuesto se utilizó el método de historia de vida oral. Los resultados muestran el matriarcado como una estrategia cotidiana ejercida dentro de la comunidad.

Palabras-Clave: Prácticas Cotidianas; Territorialización; Desterritorialización; Reterritorialización; Mujeres quilombolas.

Gabriela Leite Molina, Elisa Yoshie Ichikawa, Juliane Sachser Angnes



Abstract

The objective of this research is to access quilombola women's memories to capture how everyday practices composed the process of territorialization, deterritorialization and reterritorialization (T-D-R) of the Adelaide Maria Trindade Batista Remaining Quilombola Community, located in the municipality of Palmas, in the state of Paraná. Theoretical elements of the concept of everyday life based on Certeau's theory, and elements of the territorialization, deterritorialization and reterritorialization process that understand the territory as a space in constant transformation were discussed. To achieve our objective, the oral life history method is used. The results show matriarchy as an everyday strategy exercised within the community.

Keywords: Daily Practices; Territorialization; Deterritorialization; Reterritorialization; Quilombola women.

Introdução

Este artigo tem por objetivo fazer aproximações das memórias de mulheres quilombolas, a fim de captar como as suas práticas cotidianas compuseram o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, ao longo de sua história. Essa comunidade remanescente quilombola foi criada no ano de 1836, na cidade de Palmas, no estado do Paraná, e, por ter já uma longa história, nesta pesquisa parte-se da conjectura de que ela passou por diversos processos que a territorializaram, desterritorializaram e reterritorializaram. Também partimos do pressuposto teórico de que esse processo de territorialização ocorreu por meio de práticas cotidianas, que é o que buscamos captar, por meio da escuta atenta às histórias de mulheres anciãs da comunidade.

Mas, por que estudar uma comunidade quilombola? E por que histórias de mulheres quilombolas? Dealdina (2020) mostra que a mulher quilombola é sinônimo de resistência, portadora das práticas culinárias e medicinais, sendo responsável pela transmissão das tradições, entre outras funções. Logo, memórias ancestrais, passadas por gerações estão guardadas e são transmitidas por elas.

Além disso, os quilombos e as comunidades remanescentes quilombolas passaram a ser um importante elemento de estudo no campo da sociologia das organizações, na atualidade. Isso devido ao fato de essas comunidades serem consideradas como uma das formas mais antigas de organização da história do país. Essas comunidades, embora tenham o fato comum de terem sido criadas com o propósito de resistir ao sistema escravista que reinou no país por cerca de três séculos, diferem muito entre si. Deste modo, elas se tornam um elemento rico de análise para o campo dos estudos organizacionais, por possuírem características únicas, tanto de criação, na forma de se organizarem, quanto de preservação e na forma com que mantêm suas culturas e tradições.

O quilombo, segundo Moura (1993, p. 14), foi a “unidade básica de resistência do escravo” e teve sua presença em todo território nacional.

1 Agradecemos ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro à presente pesquisa.



Segundo Moura (1993), conforme a escravidão se alastrava pelo Brasil, a formação de quilombos também crescia. Os quilombos eram compostos por escravos fugidos, mas também por diversos outros segmentos da sociedade descontentes com o sistema colonizador, entre eles, encontravam-se os desertores do serviço militar, pessoas acusadas de terem cometido crimes, indígenas e negros marginalizados.

Essa unidade básica de resistência dos escravizados, conforme apresentada por Moura (1993), apresentava características marcantes, a continuidade histórica e a expansão geográfica, presentes até mesmo em regiões cujo coeficiente demográfico de escravizados negros era baixo. Moura (1981) considera que isso acontecia devido à organização dos quilombos enquanto polo defensivo do sistema imposto pela elite colonizadora, mas também pelo contato com segmentos pobres do sistema escravista, que se refugiavam nos quilombos ou que comercializavam com eles.

Moura (1993; 1981) aborda o modo de sobrevivência dos quilombos, além das trocas com grupos marginalizados. Os quilombos apresentavam uma economia policultural, o que garantia sua permanência e resistência nos territórios, desenvolviam, entre outras coisas, metalurgia, tecelagem e produção de alimentos para a sua subsistência e comercialização. O autor ainda evidencia que a manutenção dos quilombos se dava, por um lado, pela organização econômica e pelas atividades produtivas e, por outro, pela defesa constante do território, na tentativa de manter suas dimensões.

Conforme Moura (1993) evidencia, a organização dos quilombos era muito variada, dependendo do espaço ocupado, sua população inicial, a qualidade do terreno em que se instalavam e das possibilidades de defesa contra as agressões das forças escravistas que buscavam a extinção de organizações que se opusessem ao sistema escravocrata. Ainda conforme o autor, a organização política dos quilombos acontecia através de uma estrutura de poder interna que dirigia a organização, e do ponto de vista religioso se dava pela mescla de alguns valores do catolicismo popular com as religiões africanas.

Os quilombos ultrapassaram os marcos da escravidão e, hoje, permanecem existindo enquanto comunidades tradicionais que possuem como objetivo manter as tradições, culturas e a história do povo negro (MOURA, 1993). A Comunidade Remanescente Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, campo desse estudo, foi escolhida para ser investigada por divergir das demais comunidades do estado, pois ela tem por tradição a liderança feminina como característica. A própria nomenclatura da comunidade ocorreu como forma de homenagear a matriarca fundadora e primeira líder da comunidade, Adelaide Maria Trindade Batista.

Para alcançarmos o objetivo deste trabalho, este artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, discutiremos teoricamente sobre práticas cotidianas, a partir da perspectiva de Michel De Certeau, que é o autor que mostrou a preocupação dessas práticas a partir da ação das pessoas comuns, como são as mulheres quilombolas. Depois, discutiremos sobre território e o processo T-D-R. Apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação para, depois, descrevermos os resultados da pesquisa. Por fim, estão as considerações finais do texto.

Práticas Cotidianas: Estratégias e Táticas

Michel De Certeau (2014) apresenta o cotidiano como sendo detentor de vários significados, refutando a ideia de ele estar vinculado somente à rotina, ao dia-a-dia e à banalidade, como era compreendido anteriormente. A partir da teoria certeuniana, o cotidiano passa a ser compreendido como um espaço em que as pessoas ordinárias² têm a possibilidade de inventabilidade e ação, de consumir a sua própria maneira, e de resistir em alguns momentos ao que lhes é imposto, através de pequenas ações de subversão, que conferem “microliberdades”.

O cotidiano, para De Certeau (2014), apresenta a possibilidade de subversão por meio de práticas e maneiras de fazer que as pessoas ordinárias, oprimidas, podem se valer em pequenos momentos para resistir ou modificar a realidade à qual estão sujeitas, mesmo que por instantes. De acordo com Courpasson (2017), as ações ordinárias fazem parte da vida das pessoas, de maneira espontânea, por meio de circunstâncias que fazem parte do dia-a-dia, e são esses atos não intencionais que são considerados saberes negligenciados.

A partir da teoria de De Certeau (2014), refuta-se a passividade do cotidiano, mais precisamente dos sujeitos inseridos nele, as pessoas ordinárias. Por muitas vezes, ao estarem à margem da sociedade, as pessoas ordinárias eram vistas como propensas ao consumo imposto pela classe dominante. Neste sentido, ao compreender o cotidiano pela análise em De Certeau (2014) sobre as práticas realizadas pelas pessoas comuns, evidencia-se o fato das pessoas comuns não serem passivas, replicadoras de ordens preestabelecidas, muito pelo contrário, tem destaque o fator de criatividade ao inventarem sua própria história através das ações desenvolvidas.

De Certeau, Giard e Mayol (2013) dedicam, então, especial atenção no observar e compreender as “maneiras de fazer”, ou seja, um foco nos modos de proceder da criatividade cotidiana que constituem as práticas. Quais são os meios pelos quais os usuários se (re)apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural é a indagação principal de De Certeau (2014). É com relação a isso que Marins e Ipiranga (2017) afirmam que essas práticas são um elo, por atuarem em lugares que, por serem lócus de práticas, tornam-se espaço.

As estratégias e táticas são apresentadas por De Certeau (2014) como uma forma de argumentar que a resistência pode ocorrer também em um nível espacial distinto, ou seja, a estratégia é tida como prática do sistema produtivo dominante e, as táticas, compreendidas como as maneiras de driblar o sistema imposto.

De Certeau (2014, p. 93) denomina as estratégias como sendo:

[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito que possui querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. Uma estratégia postula um lugar

2 Vale ressaltar que De Certeau (2014) utiliza o termo “homem ordinário” em suas obras originais, para se referir aos sujeitos do cotidiano. Porém, nessa pesquisa, utilizaremos o termo pessoas ordinárias, para que não tenha nenhuma forma de viés relacionado ao gênero.

suscetível de ser circunscrito como "algo próprio" e ser a base de onde se podem gerir as relações com "uma exterioridade" de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc). Como na administração de empresas, toda racionalização "estratégica" procura em primeiro lugar distinguir de um "ambiente" um "próprio", isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: Circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar.

A estratégia, conforme Caleffi e Ichikawa (2019), acontece quando o sujeito está em seu ambiente, em condição favorável e em posição privilegiada, ou seja, seu desejo é respaldado do poder de dominação do espaço em que está inserido. A estratégia se configura na medida em que se observa o outro a partir de um lugar do qual se apresenta como algo visível e delimitado. Desta forma, a estratégia se refere ao cálculo, ocupando um espaço, algo próprio (DE CERTEAU, 2014). Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018) afirmam que a estratégia se trata de uma prática que conta com um lugar próprio de imposição, não sendo possível desvincular o ambiente em que a estratégia se posiciona.

Neste sentido, em oposição à estratégia – que visa produzir, mapear e impor – as táticas originam diferentes maneiras de fazer. As táticas resultam das astúcias da pessoa ordinária e de sua capacidade inventiva, possibilitando aos sujeitos à margem do controle que tomem parte no jogo em questão (DE CERTEAU, 2014). Com base nisso, De Certeau (2014, p. 94) entende que as táticas são:

[...] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância em uma posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo' como dizia Von Bullow, e no espaço por ele controlado.

Por serem corriqueiras, muitas vezes as táticas não são percebidas, mas é por meio delas que os sujeitos podem ter a confiança instaurada em momentos de sofrimento ao reintroduzir, neles mesmos, seus interesses e prazeres. As táticas são movimentos dentro do campo de visão do dito "inimigo". Controlando esse campo, elas não teriam a possibilidade de totalizar o adversário, de empreender um projeto global, pois operariam a cada golpe, a cada lance. Aproveitariam e dependeriam das ocasiões, já que não iriam guardar o que ganhassem (DE CERTEAU, 2014).

Nas relações nas quais estratégias e táticas ocorrem, não há possibilidade de se desvincular o lugar e o espaço. Neste sentido, o conceito de lugar, para De Certeau (2014), pressupõe e delinea pontos fixos bem delimitados e estabelecidos, nos quais os elementos encontram-se dispostos uns ao lado dos outros. O autor entende o espaço constituído por ações, delimitado

temporalmente, podendo haver uma transgressão de fronteiras, fato este que transforma lugares em espaços.

De Certeau (2014, p. 202) compreende “espaço como um lugar praticado”, ou seja, as práticas cotidianas, estratégias e táticas se vinculam a esse espaço. Assim, para Caleffi e Ichikawa (2019), o cotidiano é um elemento capaz de territorializar, um gerador de práticas e atividades de territorialização.

Espaço, Território e T-D-R

Impossível tratar sobre as maneiras de fazer das pessoas ordinárias, suas práticas, vistas anteriormente, sem ligá-las a um espaço. O espaço e o território assumiram e assumem uma posição de destaque no cenário científico contemporâneo, não somente no ramo da geografia, sua área de origem, mas também no campo das ciências sociais, isso porque as concepções desses fenômenos ajudam a compreender a dinâmica dos processos sociais e suas relações com o ambiente em que os mesmos ocorrem (FERNANDES; MEDEIROS, 2010). Conforme o pensamento de De Certeau (2014), apresentado anteriormente, no cotidiano há diversas possibilidades em que as pessoas ordinárias realizam suas práticas, e que, ocasionalmente, modificam o espaço, rompendo com a visão de passividade através da capacidade de reinventar o cotidiano e o espaço constantemente. Perante o exposto, ao estudar o fenômeno das práticas cotidianas realizadas, torna-se importante compreender o papel do espaço e do território em que esses fenômenos estão inseridos.

Para Oliveira *et al.* (2019), é essencial entender que, apesar de espaço e território não serem sinônimos, esses conceitos são indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço e, portanto, o estudo deve pressupor que a análise do território deve ter como referência o espaço. Raffestin (1993) compreende o território como sendo formado a partir da apropriação, de forma concreta ou abstrata, de um espaço por parte de um indivíduo ou um grupo que o organiza, usa e controla, restringindo o acesso ou o poder de terceiros sobre este delimitado espaço.

O território emerge como um produto do espaço, evidenciando relações de produção de espaço, a partir de mecanismos que influenciam e são influenciados por indivíduos que nele habitam e, desta forma, o território seria também produto e produtor de contribuições históricas e sociais. Entendemos que, assim como De Certeau (2014), Raffestin (1993) também bebeu das águas foucaultianas de poder e, para ele, a transformação do espaço em território nada mais é do que a invenção no espaço original feita pelos indivíduos que o territorializam, sendo resultado de lutas e relações de poder. O território é um elemento não estático, podendo se transformar a partir das apropriações, concretas e abstratas, que acontecem.

Segundo Haesbaert (2007), o processo de identificação e apropriação do território por parte dos indivíduos, ou por grupos de indivíduos, denomina-se territorialização (T). O movimento de perda de significados, saída de um indivíduo ou grupo de indivíduos de um determinado território, seja fisicamente ou simbolicamente, é chamado de desterritorialização (D). Por fim, o mecanismo de readaptação dos indivíduos a um novo território ou a

modificações, por diversos fatores nesse território, causando mudanças físicas, espaciais ou simbólicas, denomina-se como reterritorialização (R) (HAESBAERT, 2007).

A partir disso, para Haesbaert (2006), todo esse processo de apropriação e perda de um território se transforma em territorialização, desterritorialização e reterritorialização, denominado como T-D-R. Esse processo de um grupo ou indivíduo ser capaz de se territorializar, desterritorializar ou reterritorializar se dá pelo fato de o próprio território evoluir, ser e entrar na dinâmica das relações sociais, ao tornar-se flexível, e acompanhar a modernização tecnológica, estar exposto às relações de poder, e até mesmo aos efeitos naturais. Diante disso, compreende-se T-D-R como a territorialização que é o “conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade” (HAESBAERT, 2006, p. 45).

Procedimentos Metodológicos da Investigação

A investigação realizada é de cunho qualitativo, com a utilização de observações, diário de campo e entrevistas de história oral de vida. Essas estratégias foram escolhidas pois, segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

As observações foram realizadas no período de outubro a dezembro de 2021, com três histórias de vida coletadas. Em relação à história oral de vida, essa escolha se deve ao fato da história oral constituir-se, conforme Thompson (1992), em uma das formas de acesso às narrativas sobre o passado vivido das pessoas, conferindo vivacidade à história, demonstrando suas nuances e aproximando a possibilidade da construção histórica de uma comunidade. A história oral engloba tudo o que é narrado oralmente, seja a história de alguém, de um grupo, seja a história real ou mítica.

A história oral se caracteriza como método para descobrir, explorar e avaliar a natureza do processo de memória histórica, de forma a compreender como as pessoas entendem o passado, como conectam suas experiências individuais com o contexto social em que estão inseridos, como o passado se torna parte do presente, e como as pessoas o utilizam para interpretar suas vidas e o mundo ao seu redor (FRISCH, 1990). Foram três as mulheres quilombolas selecionadas para as entrevistas de história de vida, e escolhidas justamente por serem a memória viva da comunidade, anciãs, conhecedoras do passado e portadoras de informações sobre a comunidade, segundo seus próprios membros.

Para a realização das entrevistas, foi realizado um roteiro semiestruturado, com uma base norteadora, porém outras questões que surgiram ao longo das entrevistas e não estavam inseridas no roteiro foram abordadas. Além das entrevistas, a observação se tornou um elemento importante para a coleta dos dados, pois, no cotidiano, muitas práticas são realizadas sem que sejam

questionadas, são naturalizadas e invisíveis aos observados e, para o observador, tornam-se um importante elemento de pesquisa.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento das entrevistadas, que são referenciadas neste artigo pelos nomes de Maria A, Maria B e Maria C. São Marias, nomes bastante comuns encontrados na comunidade pesquisada. Depois de transcritas, as entrevistas foram transcritas, conforme sugestão de Joaquim e Carrieri (2018), para dar melhor fluidez ao texto, já que elas não foram contadas linearmente.

As interpretações desses dados foram realizadas através da análise de narrativa, que tem como objetivo analisar as narrativas como importantes elementos na criação de sentidos e dos conteúdos simbólicos no interior das organizações onde exige uma interpretação do pesquisador sobre os dados obtidos (ALVES; BLIKSTEIN, 2010). Essas análises foram realizadas a partir de uma escuta atenta das entrevistas, do constante diálogo com os dados e com base nas teorias utilizadas. A seção a seguir apresenta os resultados obtidos por meio desta análise.

Apresentando a Comunidade Remanescente Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista e as histórias de vida das três Marias

Primeiramente, faz-se necessário apresentar a comunidade remanescente quilombola estudada, tendo em vista que é a organização onde as participantes da pesquisa se inserem. A Comunidade do Rocio São Sebastião, que atualmente é reconhecida como Comunidade Remanescente Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, foi formada no ano de 1836, por negros forros que tinham como objetivo fugir da Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (SILVA, 2018).

A princípio, a comunidade era conhecida como Rocio São Sebastião. Apenas após o ano de 2003, os quilombos passam a ter o aporte legal ao que diz respeito à garantia e direitos sociais, com a criação do artigo 2^a do decreto n. 4.887, no dia 20 de novembro. Esse artigo aporta os quilombos como “grupos étnicos-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórico própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). E, então, as Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs) começaram a ter notoriedade e iniciaram a luta para ter acesso aos seus direitos sociais, a partir do ano de 2003.

A CRQ Adelaide Maria Trindade Batista, que até então não possuía titulação e direitos referentes à propriedade de suas terras, obteve a titulação, junto à Fundação Cultural dos Palmares, no ano de 2007. Porém, no que se refere à titulação territorial, cuja responsabilidade compete ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, até a presente data, o órgão ainda não tinha emitido o título de posse da terra para essa comunidade remanescente quilombola.

A comunidade, em sua formação inicial, localizava-se no perímetro rural da cidade de Palmas, mas, com o passar dos anos e à medida que o município de Palmas/PR foi se urbanizando e se expandindo, o espaço rural da CRQ Adelaide Maria Trindade Batista foi sendo tomado e, atualmente, a

comunidade está localizada no perímetro urbano da cidade.

Apresentar as entrevistadas e suas histórias de vida é importante, visto que a trajetória delas e a de seus antepassados reconstituem a história coletiva da CRQ e sua compreensão é essencial no processo de T-D-R da comunidade. É o que faremos a seguir:

Maria A tem 76 anos, sempre residiu na comunidade Adelaide Maria da Trindade Batista, neta e filha de parteira, também foi, por muito tempo, parteira da comunidade. Possui muito conhecimento sobre plantas medicinais, que aprendeu com seus ancestrais e é considerada referência pelos membros da comunidade sobre o manuseio e preparo de remédios naturais.

Mãe de nove filhos, Maria A, desde muito nova, trabalhou na lavoura de sua família, como empregada doméstica para outras famílias, e na venda e troca dos excedentes produzidos. O sustento de sua família, na infância, era exclusivamente obtido por meio de funções de plantio, venda e troca de mercadorias. A função de venda e troca lhe cabia quando jovem, ela e seus irmãos iam, com carrinhos de mão, vender e trocar os produtos excedentes no centro da cidade de Palmas. Quando adulta, continuou trabalhando como doméstica, tendo inclusive se mudando para a Bahia, quando a família de seu patrão para lá se mudou. De todos os seus irmãos, só ela permanece residindo na comunidade atualmente.

Maria B, mulher quilombola, reside na comunidade Adelaide Maria Trindade Batista há 62 anos, durante toda a sua vida. Maria B desde seus onze anos já trabalhava para ajudar no sustento de sua família, lavando roupas e auxiliando sua mãe nos serviços domésticos prestados às famílias de fazendeiros da região e, a partir dos doze anos, realizava faxinas sem o acompanhamento de sua mãe. Aos seus dezoito anos, começou a trabalhar como professora e, junto com Maria C, fundou a primeira escola na comunidade. Atualmente, é professora aposentada.

Maria C tem 78 anos, professora aposentada, única entre as entrevistadas com nível terceiro grau de formação, sendo formada e pós-graduada em Filosofia. Assim como as demais, nasceu na comunidade e também trabalhou em casas de família em sua infância. Maria C exerceu cargo de liderança na comunidade, sucedendo sua mãe que também o exercia, sua liderança foi a última liderança feminina até o presente momento (atualmente o quilombo é liderado por uma liderança masculina).

Maria C segue sendo porta voz da comunidade e referência na luta quilombola. Além de professora aposentada, é escritora e, em seu livro, conta suas memórias e a história de seus antepassados.

Práticas cotidianas e a criação da Escola Estadual Quilombola

Em primeiro lugar, é preciso destacar que, das histórias das três mulheres quilombolas entrevistadas, o trabalho infantil é um aspecto comum. Acreditamos que isso não tenha acontecido apenas nessa comunidade, pois o trabalho infantil é visto como “comum” em famílias pobres, principalmente na época em que elas eram crianças, e isso ainda é um reflexo da escravidão. Como afirma Soares (2021), não há como romantizar as lutas das mulheres quilombolas, que desde a tenra idade sempre enfrentaram opressões em uma

sociedade patriarcal, racista e violenta, tirando, inclusive na reprodução do trabalho infantil, uma das suas formas de acumulação de capital.

Também todas as três trabalharam como empregadas domésticas. Tema relativamente novo na administração, com as discussões de Teixeira (2021) sobre o tópico, ele não é novo em outros âmbitos, como na história. Souza (2015), por exemplo, traz para debate o trabalho doméstico, ao destacar as características de precariedade e de vulnerabilidade presentes no cotidiano de trabalho nos domínios da domesticidade em uma sociedade que, embora não mais escravocrata, ainda tem cultura escravista.

Às mulheres negras do século XX, e mesmo do XXI, que não são mais escravizadas, mas cujos antepassados foram “libertos” sem nenhuma estrutura para manter relações trabalhistas profissionalizadas, restou a herança de reproduzir condições precárias de trabalho doméstico desde a mais tenra idade. Sem dúvida alguma, o trabalho doméstico, no Brasil, ainda mais na infância, é um resquício da escravidão, reproduzindo relações de trabalho precarizadas e quase sem direitos trabalhistas.

Importante destacar também um fato que corrobora o que se vê na literatura sobre os quilombos no Brasil. Que as mulheres quilombolas são arquivos vivos de um conhecimento ancestral, passado de mães para filhas, como no caso de Maria A, parteira, conhecedora de ervas medicinais. Nas palavras de Silva (2020, p. 54):

As mulheres quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão registradas as estratégias de lutas e resistências nos quilombos, os conhecimentos guardados e repassados de geração em geração. São diferentes formas de produção de conhecimento, através de uma diversidade de saberes, incluindo conhecimentos tradicionais e científicos. Dentre os papéis que desempenham está o de guardiães da pluralidade de conhecimentos que emergem e são praticados nos territórios quilombolas.

Não há dúvidas de que o aspecto que mais fortalece a mulher quilombola é o conhecimento que ela possui. A partir desse conhecimento, ela consegue passar para novas gerações as tradições de seu povo e mantê-lo coeso. Embora, por muitos anos, as mulheres quilombolas tenham tido dificuldades estruturais para estudar em instituições legitimadas pelo Estado, como as escolas, quando o fazem, segundo França (2020), elas conseguem uma participação muito mais autônoma nas questões coletivas da comunidade de que fazem parte. As trajetórias de Maria B e Maria C mostram isso, elas estudaram, tornaram-se professoras, uma, inclusive, diretora de escola e líder da comunidade.

Em relação aos homens, segundo os depoimentos colhidos, a Comunidade Remanescente Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, durante muitos anos, utilizava de trabalhos rurais como atividade econômica de sustento e subsistência, mais precisamente por meio de prestação de serviços fornecidos aos fazendeiros locais da região que hoje é a cidade de Palmas, no Paraná. Esses trabalhos eram considerados trabalhos braçais e que exigiam muito esforço físico, por isso eram majoritariamente executados pelos homens que residiam na comunidade.

Assim, enquanto os homens se ausentavam da comunidade para prestar

serviços aos fazendeiros, muitas vezes até residindo nas fazendas por tempos determinados, as mulheres ficavam com a responsabilidade de tomarem decisões acerca da comunidade. Com isso, as mulheres precisaram tomar posse de lugares e postos tidos como funções de liderança, tanto na criação dos filhos e de suas casas como na organização do quilombo. Com a ausência de seus maridos e companheiros, as mulheres organizavam os eventos, bailes, festas, missas e novenas, que tinham como objetivo agradecer aos santos de devoção da comunidade as boas colheitas, a saúde dos membros da comunidade, entre outros. E assim foi que a liderança começou através do matriarcado (SILVA, 2018).

Acreditamos que, embora a liderança feminina tenha começado como uma tática, já que na ausência dos homens na comunidade elas tiveram que se improvisar nessa posição, a partir de certo momento, isso se tornou uma estratégia. Ora, para De Certeau (2014), a estratégia é uma prática que se exerce num lugar de poder, num “próprio”. Elas já estavam no seu “próprio”, não estavam mais desconfortáveis naquele lugar, que era um lugar praticado (espaço ou território), já que era de sua responsabilidade a organização da vida social, e mesmo a tomada de decisões sobre questões econômicas da comunidade.

Assim, a liderança feminina, que predominou por quase de 180 anos, e que começou como uma tática, acabou fazendo parte do cotidiano da CRQ. Segundo Silva (2018), Adelaide Maria Trindade Batista foi a primeira líder, devido a sua idade, a mais velha entre as mulheres da comunidade, e o respeito que os demais tinham para com ela. A segunda liderança foi Maria Joana Ferreira da Silva, seguida de Maria Adelaide, nora da primeira liderança, sucedida por Ermelinda Ferreira da Silva, e a última liderança feminina foi Maria Arlete Ferreira da Silva, filha de Ermelinda. Hoje, na CRQ Adelaide, temos a primeira liderança masculina, após quase 180 anos de liderança feminina.

Mas o que representou toda essa história de liderança feminina na comunidade? Como visto anteriormente, mulheres quilombolas são guardiãs do conhecimento. Além disso, elas são mães e se preocupam com a educação de seus filhos, pois sabem da importância não só do conhecimento tradicional, mas também do institucionalizado. Assim, embora durante muitos anos o conhecimento tenha sido passado por elas aos seus filhos pela oralidade, chegou um momento em que elas precisavam lutar por uma educação formal. A criação da escola surge por meio da preocupação das mulheres com a alfabetização de seus filhos. A escola que hoje pertence ao estado do Paraná e é intitulada como Escola Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira é fruto da luta das mulheres quilombolas, que procuraram formas paralelas ao sistema de ensino da época para alfabetizarem seus filhos.

Isso porque, quando surgiram escolas na cidade de Palmas, os negros eram proibidos de estudar com os brancos. Esse é um exemplo de violência institucionalizada da branquitude contra os negros. Por essas e outras questões, é que vemos o quanto o racismo no Brasil é estrutural e excludente. Foi então que as famílias da comunidade se reuniram e começaram a pagar um professor para se deslocar até a ali e alfabetizar as crianças da comunidade. O pagamento do professor era realizado através de mantimentos que plantavam, garantindo

assim o ensino de suas crianças:

Maria C: Quando minha mãe e meu padrasto eram novos, não existia escola, era um professor que ia nas casas ensinar as crianças a ler e escrever. E em troca, eles davam alimentos para o professor.

Mas, com o passar dos anos, foi fundada a escola quilombola, sem muitos recursos e poucos funcionários. Como conta Maria B:

Maria B: No começo foi difícil, com 18 anos virei professora, eu e a Maria C dávamos aula, dividíamos as turmas, ela com primeira e segunda série e eu com terceira e quarta. Quando dava 17 horas, ainda íamos limpar a escola e ainda cozinhar para adiantar a merenda do outro dia.

A construção dessa escola mostra bem o pensamento das lideranças femininas. As mães, educadoras por sua própria função materna, sempre se preocuparam com essa questão em relação aos filhos. É preciso destacar que, no Paraná, há apenas duas escolas quilombolas, sendo uma delas a da CRQ Adelaide, sempre liderada, até poucos anos atrás, por lideranças femininas. A escola, que hoje faz parte do Estado, possui cerca de 400 alunos matriculados, em sua maioria alunos remanescentes quilombolas que moram nas três CRQs do município de Palmas. Inicialmente, foi criada através das táticas (DE CERTEAU, 2014) das mulheres quilombolas que buscaram novas formas de alfabetização para os seus filhos, que eram impedidos de frequentar as escolas do município.

Atualmente, a comunidade conta com a primeira Escola Estadual Quilombola do estado do Paraná e toda a dinâmica da escola, os desenhos nas paredes, a metodologia de ensino, busca abordar questões raciais, tanto em nível nacional e regional, trazendo para a realidade das crianças o sistema escravista do país e a formação das comunidades remanescentes quilombolas do município. Essa estratégia (DE CERTEAU, 2014) – e chamamos de estratégia, porque eles estão em seu próprio – realizada pelos professores e pela diretora da escola, tem como objetivo repassar a história da formação da comunidade para os mais novos e, assim, transmitir para as futuras gerações o orgulho de ser quilombola.

T-D-R: do rural ao urbano

A comunidade Rocio São Sebastião, como era conhecida antes da sua titulação na Fundação Cultural Palmares e hoje reconhecida como CRQ Adelaide Maria Trindade Batista, é uma comunidade que foi fundada no perímetro rural da cidade de Palmas. A subsistência dos membros que residiam na comunidade, por muitos anos, deu-se majoritariamente por meio das plantações, o cultivo dessas plantações possuía o objetivo de consumo próprio, venda e troca dos excedentes.

Com o ingresso dos primeiros moradores, inicia-se o processo de territorialização da comunidade que, conforme Raffestin (1993), é realizado a partir da criação de vínculos e a familiarização com determinado território.

Gabriela Leite Molina, Elisa Yoshie Ichikawa, Juliane Sachser Angnes

Concomitante ao apresentado, Fuini (2014) liga o conceito de territorialização ao conceito de identidade territorial, a partir da significação feita de um determinado território para os indivíduos. Em outras palavras, a territorialidade está relacionada à identidade de um território, constituído por um ou mais indivíduos, isoladamente ou em grupos, que dão ao território determinada significação.

O terreno em que a comunidade se formou era um terreno improdutivo, sem donos, consistia basicamente de mata nativa, onde não havia uso e nem proprietários. Com a vinda das primeiras famílias, as mesmas precisaram desmatar o terreno e prepará-lo para o plantio. Conforme mais famílias começaram a residir na comunidade, mais terras foram sendo ocupadas e apropriadas:

Maria C: Os negros daquela época criaram a comunidade afastada da cidade para eles poderem ter sossego. Eles trabalhavam para fazendeiros e tropeiros da região, mas eles tinham o lugarzinho deles, o Rocio, como eles diziam.

A divisão das terras dentro da comunidade era feita pelos próprios membros, eles definiam onde suas propriedades começavam e terminavam, apenas de forma oral, sem nenhuma documentação estabelecida. Conforme os anos foram passando, as famílias foram aumentando, os membros das famílias foram se casando e constituindo outras famílias, ocorreu a expansão da comunidade e, dessa forma, a expansão do processo de territorialização. Essa expansão ocorria através da limpeza de outras áreas, para que as famílias pudessem se alocar, esse trabalho era realizado de forma coletiva:

Maria B: Antigamente se fazia muitos mutirões entre os moradores da comunidade, se fosse preciso carpir um terreno, todo mundo carpia e quando terminava, matava uma vaca, carneiro ou um porco, e fazia para os que estavam trabalhando, e o que sobrava se dividia entre eles.

As construções das casas seguiam um modelo padrão, todas feitas de ripão e cobertas por tábuas, madeiras estas tiradas manualmente das matas da região, madeiras de pinheiro, imbuia e outras. Essas casas não demandavam de muitos recursos para a sua construção, o que possibilitava que fossem desmanchadas e construídas em outras áreas da comunidade, se assim fosse necessário. Conforme apresenta o relato a seguir:

Maria C: Antigamente, as pessoas se mudavam para os lugares que queriam, porque tinha tanto espaço de terra aqui, que onde as pessoas queriam fazer as casinhas deles, eles faziam.

Sack (1986) trata da questão de territorialidade como sendo formas de controle de um determinado espaço pelos indivíduos, e ainda sugere que essa territorialidade pode ser mutável, inconsistente e coexistente entre si.

Compreendemos a mudança das residências dos membros da comunidade através deste fenômeno, tendo em vista que, embora mudassem a localidade, a nova construção sempre se realizava em terras pertencentes à comunidade Rocio.

A partir dessa territorialização inicial, a história da CRQ passou por diversas desterritorializações. Segundo Haesbaert (2007), o processo de desterritorialização tem seu significado atrelado a contextos objetivos e subjetivos dos indivíduos e também dos próprios territórios, uma vez que esses possuem características próprias, que se entrelaçam e se intercalam no processo de apropriação territorial. Assim, desterritorializar-se significa mais do que a saída dos indivíduos de um determinado território, inclui fatores como a perda ou mudança de significados.

Como identificado nos relatos, o primeiro processo de desterritorialização da comunidade aconteceu através de exigência do poder público municipal, que declarava ser o proprietário das terras da comunidade, por isso os membros da comunidade que não possuíam documentação que comprovassem a posse do terreno se viam obrigados a ceder às ordens do poder público municipal.

A primeira desapropriação aconteceu quando o município exigiu o desalojamento de alguns moradores da comunidade, liberando espaço para a construção do primeiro aeroporto da cidade de Palmas. Vale ressaltar que somente a partir do ano de 1988 ocorre a criação do artigo 68 da Constituição, que reconhece o direito à propriedade de comunidades remanescentes quilombolas, sendo assim, antes disso, as CRQs não tinham direitos legais dos territórios que ocupavam.

Vale, Saquet e Santos (2005) sugerem atribuir aos territórios quatro dimensões, sendo estas: econômica, política, cultural e simbólica. Assim, a partir delas, busca-se compreender, por meio das falas, quais aspectos motivaram a mudança de território destes indivíduos e, dentre os possíveis fatores, quais foram preponderantes no processo. A partir das falas, fica evidente o interesse político e econômico do município para a desterritorialização das terras da comunidade.

Maria B: Ali onde fica o aeroporto agora, era tudo roça, onde eles faziam as casas e tinham suas plantações.

Maria C: [...] aqui antigamente era só mato, quando eu tinha oito anos, eu nem conhecia trator, mas me lembro do nome do tratorista que veio de Curitiba, o Sebastião e o irmão dele José, foram os que tratoristas que derrubaram as matas onde fizeram o aeroporto, a casa da minha avó ficava bem na frente, e essas terras era onde minha avó fazia roça. E os parentes nossos que moravam ali, precisaram se mudar para o Rincão, onde moram até hoje. Desde aquele tempo, a prefeitura foi tirando os negros da comunidade, para a construção do aeroporto, foi a primeira desocupação.

Este depoimento, mostra mais uma vez, a violência sofrida pelos quilombolas naquelas terras. Essa desterritorialização foi sendo propagada ao

longo dos anos, com o órgão público municipal ditando as regras sobre a utilização das terras pertencentes, hoje, à comunidade. Muitas dessas terras foram vendidas a fazendeiros locais, ou mesmo doadas para membros externos, que não possuíam vínculos com a comunidade.

Maria C: O prefeito mesmo mandava caminhões para cá, com pessoas, que nem sabíamos de onde essas pessoas vinham, vinham com lonas, que o prefeito dava para que eles construíssem barracos para morar, pegavam essas pessoas que moravam nas estradas para não poluir o cartão postal da cidade e traziam para cá. Isso por volta de 1988 a 1990. E soltavam essas pessoas nos nossos vassourais, onde ficavam as criações dos animais, que eram livres, nós não tínhamos cercas, cada um sabia quais eram suas criações e com isso tivemos que vender, porque aconteciam muitos casos em que surravam os animais ou os matavam.

Com base nessa última fala de Maria C, identificamos que o processo de desterritorialização ocorreu para além da perda de território inicialmente apropriado e construído com a perda do território físico cedido pelo município para membros externos. Essa perda perpassa também por meio de uma forma simbólica.

Com a entrada de novos moradores, a comunidade teve que mudar sua dinâmica no trato dos animais, algumas famílias optaram em vender, outras famílias tiveram que cercar terrenos para que não ocorressem casos de furtos ou morte de seus bichos. Ocorre então o símbolo de segurança que a comunidade possuía. Como expressado na fala:

Maria A: Antigamente essa comunidade era uma paz. Antes a gente saía e deixava a casa aberta, não se tinha a necessidade de fechar tudo. Antes um usava o calçado do outro, a roupa do outro e depois se devolvia.

Esses membros externos que passaram a residir na comunidade eram pessoas diversas: vendedores ambulantes que vendiam nas estradas e, por motivos diferentes, acabavam decidindo morar na cidade, pessoas desabrigadas, em sua grande maioria pessoas brancas, sem acesso a condições melhores de vida, que eram realocadas para a parte vista como a periférica da cidade de Palmas.

Além do fator do ingresso de membros externos da comunidade, com o passar dos anos, a cidade de Palmas vai se expandindo e, com a cidade crescendo, conseqüentemente a comunidade que antes se situava no âmbito rural, com uma distância de aproximadamente quatro quilômetros do centro urbano de Palmas, uma distância compreendida como relativamente grande para a época, passa a ingressar no perímetro urbano da cidade.

A comunidade, então, passa a fazer parte do perímetro urbano de Palmas, integrando o bairro São Sebastião, esse nome surge através da necessidade do poder público em identificar os bairros da cidade através da Lei Municipal nº. 10.020/91. Com isso, sofre um novo processo de desterritorialização.

Junto a esse último processo de desterritorialização sofrido pela comunidade, em que passa a fazer parte do perímetro urbano do município, ocorre também o processo de reterritorialização que, segundo Haesbaert (2007), vem acompanhado da perda ou da modificação de significados de um ou mais territórios por parte dos indivíduos, podendo acontecer de forma individual ou coletiva. O processo de reterritorialização acontece a partir de um reconhecimento ou de uma identificação de perda de um território, dando início a uma lógica de readaptação, de reassimilação de um novo território, por parte dos indivíduos (HAESBAERT, 2007).

Por estar associado ao processo de desterritorialização, a reterritorialização se expressa na comunidade com a construção de novos elos com o local em que estão inseridos. Ao perder parte de seu território e estar no âmbito urbano, a comunidade passou a ter direitos que anteriormente eram privados. Como identificamos na fala de nossa entrevistada a seguir:

Maria C: Hoje nós temos políticas públicas, temos calçamento, que é o asfalto, temos luz, temos água encanada, temos unidade básica de saúde (UBS). Hoje isso é uma vantagem, não lavamos mais roupa no rio, temos luz. Tudo é uma mudança, evolução, mas nós não vamos deixar as coisas boas do passado.

Desta forma, entendemos como processo de reterritorialização da comunidade quando as moradoras afirmam que suas vidas atuais são mais fáceis que de suas ancestrais, que não tinham fácil acesso à água encanada, energia elétrica, possuem uma escola de fácil acesso aos moradores da comunidade e uma UBS.

A vida hoje pode estar melhor, mas elas não precisam, por isso, esquecer-se de suas práticas, tradições e vivências ancestrais. O que as memórias das mulheres anciãs quilombolas desta pesquisa nos mostraram é que nós nunca deixamos totalmente um território quando encontramos outro. E não estamos falando somente em termos materiais, mas, principalmente, simbólicos. Elas narraram práticas na sua vida cotidiana que mostram exatamente isso.

Para finalizar

Este estudo trouxe uma aproximação importante sobre a Comunidade Remanescente Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, o relevante papel desempenhado por mulheres ao longo da história da comunidade, a partir do olhar do cotidiano de Michel De Certeau; e o impacto que essas práticas cotidianas tiveram no processo de T-D-R da comunidade, desde sua constituição no ano de 1836, até os dias de hoje. Além disso, as práticas descritas trouxeram um entendimento maior sobre o que são comunidades remanescentes quilombolas, de forma geral, e no estado do Paraná.

Obviamente, essa CRQ possui características peculiares. Durante cerca de 180 anos, ela foi liderada por mulheres. Num país patriarcal, como o nosso, isso não deixa de ser uma novidade. E que marcas essas mulheres quilombolas deixaram nessa comunidade? A literatura sobre o tema mostra que mulheres quilombolas têm o importante papel na transmissão das tradições, da cultura, da culinária, dos diversos fazeres da vida cotidiana nas comunidades. Elas

Gabriela Leite Molina, Elisa Yoshie Ichikawa, Juliane Sachser Angnes



também são mães, e suas práticas cotidianas é o que mantêm as comunidades, de certa forma, coesas. O fato das lideranças quilombolas na Adelaide terem sido, praticamente todas, até muito recentemente, mulheres guardiãs das tradições e da educação dos filhos, fez com que a maior preocupação das lideranças fosse nesse aspecto. Além das práticas religiosas ou da valorização e transmissão dos saberes sobre plantas medicinais, o que faz com que a CRQ Adelaide tenha um diferenciador a partir das lideranças femininas é o fato de terem lutado tanto por educação (delas e dos filhos).

Não foi e não é uma luta fácil. Toda a história contada aqui é uma história de sofrimentos, de violências, de relações desiguais de poder. Mas a partir de toda a dinâmica territorial, de todas as táticas, estratégias, subversões e bricolagens, essas lideranças foram conquistando espaços, mesmo que com algumas perdas, territoriais e simbólicas.

Quando perguntam o que os estudos organizacionais podem aprender com comunidades remanescentes quilombolas, a resposta é simples: podem aprender muito! Que organizações públicas ou empresariais foram lideradas por mulheres por quase 180 anos? E quais obtiveram conquistas tão importantes, adaptaram-se aos novos tempos, levando em consideração toda uma história de opressão? Os estudos organizacionais estão investigando questões de gênero há cerca de 50 anos, embora as organizações ortodoxas ainda teimem em adotar práticas antigas do patriarcado. Então, as mulheres que lideraram a CRQ Adelaide Maria Trindade Batista tiveram um olhar para o futuro, sem esquecer-se de onde vieram, e aprenderam que a saída está no fortalecimento coletivo, a partir da educação. Só assim são possíveis relações mais igualitárias entre os diversos sujeitos que compõem nossa sociedade.

Em termos teóricos, a pesquisa contribui ao entender que memórias não se referem apenas ao passado, ao que ficou lá atrás, às práticas cotidianas que ajudaram a territorializar, mas que se referem também ao hoje, ao que ficou dessa história, ao que temos que adaptar, ao que precisa mudar, ao que precisa ser transmitido. Há conservação de tradições, ao mesmo tempo em que há adaptações. Não há reterritorializações sem desterritorializações, e esses processos convivem simultaneamente nas realidades vividas.

Referências

ALVES, Mario Aquino; BLIKSTEIN, Izidoro. Análise da narrativa. In: GODOY, Christiane Kleinubing; MELO, Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos [...], 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 9 dez. 2022.

CALEFFI, Jessica Syrio; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A memória na história

oral de vida dos idosos. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 8, p. 85-99, 2019.

COURPASSON, David. The Politics of Everyday. **Organization Studies**, v. 38, n. 6, p. 843-859, 2017.

DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas**: Territórios de existência negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010.

FRANÇA, Vanessa de. Dentro dos quilombos, as mulheres permanecem. *In*: **Mulheres quilombolas**: territórios, identidade e lutas na construção de políticas públicas. BARIZÃO, Débora; BRAZ, Edvina T.; BIGAI, Flávia; JUNQUEIRA, Kellen; BLANCO, Maria Cláudia; NOBRE, Mirian; PONTES, Nilce; RIZZI, Raquel; FRANÇA, Vanessa de. São Paulo: Associação Paulista de Extensão Rural, Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista, Sementeia, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

FRISCH, Michael. **A shared authority**: essays on the craft and meaning of oral and public history. Albany: Suny Press. 1990.

FUINI, Lucas Labigalini. Territórios e territorialidades da Música: Uma representação de cotidianos e lugares. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 1, p. 97-112, 2014.

GOUVÊA, Josiane Barbosa; CABANA, Rocío del Pilar López; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. Farol – **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, 5(12), 297-347. 2018.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p.19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogerio. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2. ed.

JOAQUIM, Nathália de Fatima; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão.

Gabriela Leite Molina, Elisa Yoshie Ichikawa, Juliane Sachser Angnes



Organizações & Sociedade, 25(85), 303-319. 2018.

MARINS, Simony Rodrigues; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. O organizar ampliado de práticas cotidianas nos bairros da cidade. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 9, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Clovis. **Quilombos**: Resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1993.

OLIVEIRA, Adriano Aparecido.; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni.; BORGES, William Antonio.; GONÇALVES, Julia Silva. Intervenções urbanas a partir de investimentos do programa de aceleração do crescimento (PAC): A reterritorialização dos moradores do entorno da obra contorno norte de Maringá-PR. **Gestão e Regionalidade**, vol. 35, núm. 103, pp. 278-295, 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma ideologia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Maria Arlete Ferreira. **Da África ao Rocio São Sebastião**: Quilombo de Palmas – PR Brasil. Palmas, 2018.

SILVA, Givania Maria da. Mulheres Quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **R. Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, p. 275-296.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



O que Podemos Aprender com Mulheres Quilombolas? Um Estudo sobre Práticas Cotidianas e o Processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização de uma Comunidade Remanescente Quilombola

VALE, Ana Lia Farias.; SAQUET, Marcos Aurélio.; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 11, 2005.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Gabriela Leite Molina: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Validação, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Elisa Yoshie Ichikawa: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Obtenção de financiamento, Supervisão, Validação, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Juliane Sachser Angnes: Supervisão, Validação, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Recebido em 24 de agosto de 2022.

Aceito em 17 de novembro de 2022.

Gabriela Leite Molina, Elisa Yoshie Ichikawa, Juliane Sachser Angnes